

DIREITO FISCAL

Tributação directa

JURISPRUDÊNCIA DO TJUE:

1. Acórdão do Tribunal de Justiça de 28 de Janeiro de 1986, *Comissão contra França*, processo 270/83.

Liberdade de estabelecimento das sociedades de seguros - Imposto sobre as sociedades e crédito fiscal.

2. Acórdão do Tribunal de Justiça de 27 de Setembro de 1988, *Daily Mail*, processo 81/87.

Pedido de decisão prejudicial: High Court of Justice, Queen's Bench Division - Reino Unido. Liberdade de estabelecimento - Direito de abandonar o Estado-membro de origem - Pessoa colectiva.

3. Acórdão do Tribunal de Justiça de 8 de Maio de 1990, *Biehl*, processo C-175/88.

Pedido de decisão prejudicial: Conseil d'État du Grand-duché de Luxemburgo. Discriminação - Condição de residência colocada por uma legislação nacional para reembolso de imposto.

4. Acórdão do Tribunal de Justiça de 28 de Janeiro de 1992, *Bachmann*, processo C-204/90.

Pedido de decisão prejudicial: Cour de cassation - Bélgica. Artigos 48.º, 59.º, 67.º e 106.º do Tratado CEE - Dedução de cotizações de seguro.

5. Acórdão do Tribunal de Justiça de 14 de Fevereiro de 1995, *Schumacker*, processo C-279/93.

Pedido de decisão prejudicial: Bundesfinanzhof - Alemanha. Artigo 48.º do Tratado CEE - Dever de tratamento igual - Imposto sobre os rendimentos de não residentes.

6. Acórdão do Tribunal de Justiça de 15 de Maio de 1997, *Futura Participations e Singer*, processo C-250/95.

Pedido de decisão prejudicial: Conseil d'Etat - Grão-Ducado do Luxemburgo. Artigo 52 do Tratado CE - Liberdade de estabelecimento de sociedades - Tributação do rendimento de uma sucursal - Repartição do rendimento.

7. Acórdão do Tribunal de Justiça de 28 de Abril de 1998, *Safir*, processo C-118/96.

Pedido de decisão prejudicial: Länsrätten i Dalarnas län - Suécia. Livre prestação de serviços - Livre circulação de capitais - Tributação da poupança constituída sob a forma de seguro de vida - Legislação de um Estado-Membro que institui regimes de tributação distintos conforme o lugar de estabelecimento da empresa prestadora de serviços.

8. Acórdão do Tribunal de Justiça de 29 de Abril de 1999, *Royal Bank of Scotland*, processo C-311/97.

Pedido de decisão prejudicial: Dioikhtiko Protodikeio Peiraios - Grécia. Liberdade de estabelecimento - Legislação fiscal - Imposto sobre os lucros das sociedades.

9. Acórdão do Tribunal de Justiça de 8 de Julho de 1999, *Baxter e o.*, processo C-254/97.

Pedido de decisão prejudicial: Conseil d'État - França. Contribuições internas - Dedução fiscal - Realização de despesas de investigação - Especialidades farmacêuticas.

10. Acórdão do Tribunal de Justiça de 21 de Setembro de 1999, *Compagnie de Saint-Gobain*, processo C-307/97.

Pedido de decisão prejudicial: Finanzgericht Köln - Alemanha. Liberdade de estabelecimento - Impostos sobre os rendimentos das sociedades - Benefícios fiscais.

11. Acórdão do Tribunal de Justiça de 26 de Outubro de 1999, *Eurowings Luftverkehrs*, processo C-294/97.

Pedido de decisão prejudicial: Finanzgericht Münster - Alemanha. Livre prestação de serviços - Imposto comercial sobre o capital e lucro da exploração - Reintegração na matéria colectável do imposto - Derrogação inaplicável ao locatário de um bem cujo proprietário está estabelecido noutro Estado-Membro e, portanto, não sujeito ao imposto.

12. Acórdão do Tribunal de Justiça de 18 de Novembro de 1999, *X e Y*, processo C-200/98.

Pedido de decisão prejudicial: Regeringsrätten - Suécia. Liberdade de estabelecimento - Pagamento efectuado por uma sociedade sueca à sua filial - Isenção do imposto sobre as sociedades.

13. Acórdão do Tribunal de Justiça de 13 de Abril de 2000, *Baars*, processo C-251/98.

Pedido de decisão prejudicial: Gerechtshof 's-Gravenhage - Países Baixos. Liberdade de estabelecimento - Património constituído por acções em sociedades com sede no Estado-Membro de tributação - Exoneração do imposto sobre a fortuna - Património constituído por acções em sociedades com sede noutro Estado-Membro - Não exoneração.

14. Acórdão do Tribunal de Justiça de 6 de Junho de 2000, *Verkooijen*, processo C-35/98.

Pedido de decisão prejudicial: Hoge Raad - Países Baixos. Livre circulação dos capitais - Tributação directa dos dividendos de acções - Isenção - Limitação aos dividendos de acções de sociedades com sede no território nacional.

15. Acórdão do Tribunal de Justiça de 14 de Dezembro de 2000, *AMID*, processo C-141/99.

Pedido de decisão prejudicial: Hof van Beroep Gent - Bélgica. Liberdade de estabelecimento - Legislação fiscal - Impostos directos - Dedução de perdas de exploração - Exercício fiscal anterior.

16. Acórdão do Tribunal de Justiça de 8 de Março de 2001, *Metallgesellschaft e o.*, processos apensos C-397/98 e C-410/98.

Pedido de decisão prejudicial: High Court of Justice (England & Wales), Chancery Division - Reino Unido. Liberdade de estabelecimento - Livre circulação de capitais - Pagamento antecipado do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas a título de dividendos pagos por uma filial à sua sociedade-mãe - Sociedade-mãe com sede noutro Estado-Membro - Violação do direito comunitário - Acção de restituição ou acção de indemnização - Juros.

17. Acórdão do Tribunal de Justiça de 3 de Outubro de 2002, *Danner*, processo C-136/00.

Pedido de decisão prejudicial: Kuopion hallinto-oikeus - Finlândia. Seguro de reforma voluntário - Subscrição numa companhia estabelecida noutro Estado-Membro - Não dedutibilidade dos prémios - Compatibilidade com os artigos 6.º e 59.º do Tratado CE (que passaram, após alteração, a artigos 12.º CE e 49.º CE), 60.º, 73.º-B e 73.º-D do Tratado CE (actuais artigos 50.º CE, 56.º CE e 58.º CE), bem como 92.º do Tratado CE (que passou, após alteração, a artigo 87.º CE).

18. Acórdão do Tribunal de Justiça de 21 de Novembro de 2002, *X e Y*, processo C-436/00.

Pedido de decisão prejudicial: Regeringsrätten - Suécia. Liberdade de estabelecimento - Livre circulação de capitais - Imposto sobre os rendimentos - Benefícios fiscais relativos à cessão a preço abaixo do valor de acções a sociedades em que o cedente possui uma participação.

19. Acórdão do Tribunal de Justiça de 12 de Dezembro de 2002, *Lankhorst-Hohorst*, processo C-324/00.

Pedido de decisão prejudicial: Finanzgericht Münster - Alemanha. Liberdade de estabelecimento - Fiscalidade - Imposto sobre os rendimentos das pessoas colectivas - Distribuição encoberta de lucros - Dedução fiscal - Coerência do regime fiscal - Evasão fiscal.

20. Acórdão do Tribunal de Justiça de 12 de Junho de 2003, *Gerritse*, processo C-234/01.

Pedido de decisão prejudicial: Finanzgericht Berlin - Alemanha. Imposto sobre o rendimento - Não residentes - Artigos 59.º do Tratado CE (que passou, após alteração, a artigo 49.º CE) e 60.º do Tratado CE (actual artigo 50.º CE) - Isenção de base - Dedução das despesas profissionais.

21. Acórdão do Tribunal de Justiça de 26 de Junho de 2003, *Skandia e Ramstedt*, processo C-422/01.

Pedido de decisão prejudicial: Regeringsrätten - Suécia. Seguro complementar de reforma por capitalização - Subscrição numa companhia estabelecida noutro Estado-Membro - Diferença de tratamento fiscal - Compatibilidade com o artigo 49.º CE.

22. Acórdão do Tribunal de Justiça de 18 de Setembro de 2003, *Bosal*, processo C-168/01.

Pedido de decisão prejudicial: Hoge Raad der Nederlanden - Países Baixos. Liberdade de estabelecimento - Fiscalidade - Imposto sobre os lucros das sociedades - Limitação da dedutibilidade, num Estado-Membro, dos encargos relacionados com a participação de uma sociedade-mãe em sociedades filiais estabelecidas noutros Estados-Membros - Coerência do sistema fiscal.

23. Acórdão do Tribunal de Justiça de 13 de Novembro de 2003, *Lindman*, processo C-42/02.

Pedido de decisão prejudicial: Ålands förvaltningsdomstol - Finlândia. Livre prestação de serviços - Bilhetes de lotaria - Montante ganho num jogo de fortuna e azar organizado noutro Estado-Membro - Imposto sobre o rendimento - Imposto sobre os jogos de fortuna e azar - Regime especial das Ilhas Åland.

24. Acórdão do Tribunal de Justiça de 11 de Março de 2004, *Lasteyrie du Saillant*, processo C-9/02.

Pedido de decisão prejudicial: Conseil d'État - França. Liberdade de estabelecimento - Artigo 52.º do Tratado CE (que passou, após alteração, a artigo 43.º CE) - Legislação fiscal - Transferência do domicílio fiscal para outro Estado-Membro - Regras de tributação das mais-valias de valores mobiliários.

25. Despacho do Tribunal de Justiça de 8 de Junho de 2004, *De Baeck*, processo C-268/03.

Pedido de decisão prejudicial: Rechtbank van eerste aanleg te Antwerpen - Bélgica. Artigo 104.º, n.º 3, do Regulamento de Processo - Legislação fiscal - Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares - Cessão de uma participação importante detida no capital de uma sociedade residente - Regras de tributação da mais-valia realizada.

26. Acórdão do Tribunal de Justiça de 15 de Julho de 2004, *Lenz*, processo C-315/02.

Pedido de decisão prejudicial: Verwaltungsgerichtshof - Áustria. Livre circulação de capitais - Imposto sobre os rendimentos de capitais - Rendimentos de capitais de origem austríaca: taxa de tributação de 25% com efeito liberatório ou taxa reduzida a metade da taxa de tributação média aplicável a todos os rendimentos - Rendimentos de capitais originários de outro Estado-Membro: taxa normal de tributação.

27. Acórdão do Tribunal de Justiça de 15 de Julho de 2004, *Weidert e Paulus*, processo C-242/03.

Pedido de decisão prejudicial: Cour administrative - Luxemburgo. Livre circulação de capitais - Imposto sobre o rendimento - Dedução especial pela aquisição de acções ou de participações sociais - Limitação do benefício à aquisição de acções ou de participações sociais de sociedades com sede no Estado-Membro em causa.

28. Acórdão do Tribunal de Justiça de 7 de Setembro de 2004, *Manninen*, processo C-319/02.

Pedido de decisão prejudicial: Korkein hallinto-oikeus - Finlândia. Imposto sobre o rendimento - Crédito fiscal relativo aos dividendos pagos por sociedades finlandesas - Artigos 56.º CE e 58.º CE - Coerência do regime fiscal.

29. Acórdão do Tribunal de Justiça de 10 de Março de 2005, *Laboratoires Fournier*, processo C-39/04.

Pedido de decisão prejudicial: Tribunal administratif de Dijon - França. Restrições à livre prestação de serviços - Legislação fiscal - Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas - Crédito fiscal à investigação.

30. Acórdão do Tribunal de Justiça de 13 de Dezembro de 2005, *Marks & Spencer*, processo C-446/03.

Pedido de decisão prejudicial: High Court of Justice (England & Wales), Chancery Division - Reino Unido. Artigos 43.º CE e 48.º CE - Imposto sobre as sociedades - Grupos de sociedades - Dedução fiscal -

Benefícios das sociedades-mãe - Dedução dos prejuízos sofridos por uma filial residente - Autorização - Dedução dos prejuízos sofridos noutra Estado-Membro por uma filial não residente - Exclusão.

31. Acórdão do Tribunal de Justiça de 23 de Fevereiro de 2006, *CLT-UFA*, processo C-253/03.

Pedido de decisão prejudicial: Bundesfinanzhof - Alemanha. Liberdade de estabelecimento - Legislação fiscal - Impostos sobre os lucros das sociedades.

32. Acórdão do Tribunal de Justiça de 12 de Setembro de 2006, *Cadbury Schweppes e Cadbury Schweppes Overseas*, processo C-196/04.

Pedido de decisão prejudicial: Special Commissioners of Income Tax, London - Reino Unido. Liberdade de estabelecimento - Legislação relativa a sociedades estrangeiras controladas - Incorporação dos lucros de sociedades estrangeiras controladas na matéria colectável da sociedade-mãe.

33. Acórdão do Tribunal de Justiça de 3 de Outubro de 2006, *FKP Scorpio Konzertproduktionen*, processo C-290/04.

Pedido de decisão prejudicial: Bundesfinanzhof - Alemanha. Artigos 59.º do Tratado CEE (que passou a artigo 59.º do Tratado CE e posteriormente, após alteração, a artigo 49.º CE) e 60.º do Tratado CEE (que passou a artigo 60.º do Tratado CE e posteriormente a artigo 50.º CE) - Legislação fiscal - Imposto sobre o rendimento - Prestação de serviços efectuada por um não residente no âmbito de espectáculos artísticos - Princípio da retenção do imposto na fonte - Prestador de serviços que não possui a nacionalidade de um Estado-Membro.

34. Acórdão do Tribunal de Justiça de 26 de Outubro de 2006, *Comissão contra Portugal*, processo C-345/05.

Incumprimento de Estado - Legislação fiscal - Condições da exclusão da tributação das mais-valias resultantes da alienação onerosa de imóveis - Artigos 18.º CE, 39.º CE e 43.º CE - Artigos 28.º e 31.º do Acordo que institui o Espaço Económico Europeu - Coerência do sistema fiscal - Política de habitação.

35. Acórdão do Tribunal de Justiça de 12 de Dezembro de 2006, *Test Claimants in Class IV of the ACT Group Litigation*, processo C-374/04.

Pedido de decisão prejudicial: High Court of Justice (England & Wales), Chancery Division - Reino Unido. Liberdade de estabelecimento - Livre circulação de capitais - Imposto sobre as sociedades - Distribuição de dividendos - Crédito de imposto - Tratamento diferenciado dos accionistas residentes e dos accionistas não residentes - Convenções bilaterais para evitar a dupla tributação.

36. Acórdão do Tribunal de Justiça de 14 de Dezembro de 2006, *Denkavit Internationaal e Denkavit France*, processo C-170/05.

Pedido de decisão prejudicial: Conseil d'État - França. Liberdade de estabelecimento - Imposto sobre as sociedades - Distribuição de dividendos - Isenção dos dividendos pagos a sociedades residentes - Retenção na fonte efectuada sobre os dividendos pagos a sociedades não residentes - Convenção fiscal para evitar a dupla tributação - Possibilidade de imputar o montante retido ao imposto devido noutra Estado-Membro.

37. Acórdão do Tribunal de Justiça de 15 de Fevereiro de 2007, *Centro Equestre da Lezíria Grande*, processo C-345/04.

Pedido de decisão prejudicial: Bundesfinanzhof - Alemanha. Livre prestação de serviços - Legislação fiscal - Imposto sobre as sociedades - Espectáculos equestres e lições de equitação organizados num

Estado-Membro por uma sociedade estabelecida noutro Estado-Membro - Tomada em conta das despesas profissionais - Condições - Relação económica directa com as receitas auferidas no Estado onde é exercida a actividade.

38. Acórdão do Tribunal de Justiça de 13 de Março de 2007, *Test Claimants in the Thin Cap*, processo C-524/04.

Pedido de decisão prejudicial: High Court of Justice (England & Wales), Chancery Division - Reino Unido. Liberdade de estabelecimento - Livre circulação de capitais - Imposto sobre as sociedades - Juros de empréstimos pagos a uma sociedade do mesmo grupo residente noutro Estado-Membro ou num país terceiro - Qualificação dos juros como lucros distribuídos - Coerência do sistema fiscal - Evasão fiscal.

39.

40. Acórdão do Tribunal de Justiça de 29 de Março de 2007, *Rewe Zentralfinanz*, processo C-347/04.

Pedido de decisão prejudicial: Finanzgericht Köln - Alemanha. Liberdade de estabelecimento - Imposto sobre as sociedades - Compensação imediata das perdas sofridas pelas sociedades-mãe - Perdas resultantes da amortização efectuada com base no valor das participações detidas em filiais estabelecidas noutros Estados-Membros.

41. Acórdão do Tribunal de Justiça de 24 de Maio de 2007, *Holböck*, processo C-157/05.

Pedido de decisão prejudicial: Verwaltungsgerichtshof - Áustria. Livre circulação de capitais - Liberdade de estabelecimento - Imposto sobre o rendimento - Distribuição de dividendos - Rendimentos de capitais provenientes de um país terceiro.

42. Acórdão do Tribunal de Justiça de 18 de Julho de 2007, *Oy AA*, processo C-231/05.

Pedido de decisão prejudicial: Korkein hallinto-oikeus - Finlândia. Liberdade de estabelecimento - Legislação fiscal em matéria de imposto sobre o rendimento - Dedutibilidade, para uma sociedade, dos montantes pagos a título de transferência financeira entre sociedades de um grupo - Obrigação, para a sociedade beneficiária da transferência, de também ter a sua sede no Estado-Membro em questão.

43. Acórdão do Tribunal de Justiça de 11 de Setembro de 2007, *Schwarz e Gootjes-Schwarz*, processo C-76/05.

Pedido de decisão prejudicial: Finanzgericht Köln - Alemanha. Artigo 8.º-A do Tratado CE (que passou, após alteração, a artigo 18.º CE) - Cidadania europeia - Artigo 59.º do Tratado CE (que passou, após alteração, a artigo 49.º CE) - Livre prestação de serviços - Legislação em matéria de imposto sobre o rendimento - Propinas - Direito de dedução limitado às propinas pagas a estabelecimentos privados nacionais.

44. Acórdão do Tribunal de Justiça de 11 de Setembro de 2007, *Comissão contra Alemanha*, processo C-318/05.

Incumprimento de Estado - Artigos 18.º CE, 39.º CE, 43.º CE e 49.º CE - Legislação em matéria de imposto sobre o rendimento - Propinas - Direito de dedução limitado às propinas pagas a estabelecimentos privados nacionais.

45. Despacho do Tribunal de Justiça de 6 de Novembro de 2007, *Stahlwerk Ergste Westig*, processo C-415/06.

Pedido de decisão prejudicial: Bundesfinanzhof - Alemanha. Artigo 104.º, n.º 3, primeiro parágrafo, do Regulamento de Processo - Resposta que pode ser claramente deduzida da jurisprudência - Livre circulação de capitais - Impostos sobre o rendimento - Sociedade que possui estabelecimentos estáveis num Estado terceiro - Tomada em conta dos prejuízos sofridos pelos referidos estabelecimentos.

46. Acórdão do Tribunal de Justiça de 8 de Novembro de 2007, *Amurta*, processo C-379/05.

Pedido de decisão prejudicial: Gerechtshof te Amsterdam - Países Baixos. Artigos 56.º CE e 58.º CE - Livre circulação de capitais - Legislação fiscal nacional que prevê a isenção das participações do imposto sobre os rendimentos das pessoas colectivas - Tributação dos dividendos - Retenção na fonte - Isenção da retenção na fonte - Aplicação às sociedades beneficiárias que dispõem de uma sede ou de um estabelecimento estável num Estado-Membro que atribui a isenção e cujas participações beneficiam da isenção do imposto sobre os rendimentos das pessoas colectivas - Recusa de aplicar a isenção da retenção na fonte aos dividendos distribuídos a uma sociedade beneficiária que não dispõe de sede nem de estabelecimento estável no referido Estado-Membro.

47. Acórdão do Tribunal de Justiça de 6 de Dezembro de 2007, *Columbus Container Services*, processo C-298/05.

Pedido de decisão prejudicial: Finanzgericht Münster - Alemanha. Artigos 43.º CE e 56.º CE - Impostos sobre o rendimento e sobre o património - Condições de tributação dos lucros de um estabelecimento situado noutro Estado-Membro - Convenção para evitar a dupla tributação - Métodos da isenção ou do crédito de imposto.

48. Acórdão do Tribunal de Justiça de 28 de Fevereiro de 2008, *Deutsche Shell*, processo C-293/06.

Pedido de decisão prejudicial: Finanzgericht Hamburg - Alemanha. Liberdade de estabelecimento - Imposto sobre as sociedades - Efeitos monetários do repatriamento da dotação de capital feita por uma sociedade estabelecida num Estado-Membro para o seu estabelecimento estável situado noutro Estado-Membro.

49. Acórdão do Tribunal de Justiça de 15 de Maio de 2008, *Lidl Belgium*, processo C-414/06.

Pedido de decisão prejudicial: Bundesfinanzhof - Alemanha. Liberdade de estabelecimento - Fiscalidade directa - Tomada em consideração dos prejuízos sofridos por um estabelecimento estável situado num Estado-Membro e que pertence a uma sociedade que tem a sua sede estatutária noutro Estado-Membro.

50. Acórdão do Tribunal de Justiça de 22 de Dezembro de 2008, *Truck Center*, processo C-282/07.

Pedido de decisão prejudicial: Cour d'appel de Liège - Bélgica. Liberdade de estabelecimento - Artigos 52.º do Tratado CE (que passou, após alteração, a artigo 43.º CE) e 58.º do Tratado CE (actual artigo 48.º CE) - Livre circulação de capitais - Artigos 73.º-B e 73.º-D do Tratado CE (actuais, respectivamente, artigos 56.º CE e 58.º CE) - Tributação das pessoas colectivas - Rendimentos de capitais e de bens móveis - Retenção do imposto na fonte - Retenção do imposto sobre os rendimentos de valores mobiliários - Cobrança sobre os juros pagos a sociedades não residentes - Não cobrança sobre os juros pagos a sociedades residentes - Convenção fiscal preventiva da dupla tributação - Restrição - Inexistência.

51. Acórdão do Tribunal de Justiça de 27 de Janeiro de 2009, *Persche*, processo C-318/07.

Pedido de decisão prejudicial: Bundesfinanzhof - Alemanha. Livre circulação de capitais - Imposto sobre o rendimento - Dedutibilidade de donativos feitos a instituições reconhecidas como de utilidade pública - Limitação da dedutibilidade aos donativos feitos a instituições nacionais - Donativos em espécie - Directiva 77/799/CEE - Assistência mútua das autoridades competentes dos Estados-Membros no domínio dos impostos directos.

52. Acórdão do Tribunal de Justiça de 25 de Fevereiro de 2010, *X Holding*, processo C-337/08.

Pedido de decisão prejudicial: Hoge Raad der Nederlanden - Países Baixos. Artigos 43.º CE e 48.º CE - Legislação fiscal - Imposto sobre as sociedades - Unidade fiscal composta por uma sociedade-mãe residente e por uma ou várias filiais residentes - Tributação dos lucros à sociedade-mãe - Exclusão das filiais não residentes.

53. Acórdão do Tribunal de Justiça de 18 de Março de 2010, *Gielen*, processo C-440/08.

Pedido de decisão prejudicial: Hoge Raad der Nederlanden - Países Baixos. Fiscalidade directa - Artigo 43.º CE - Contribuinte não residente - Empresário - Direito a dedução concedido aos trabalhadores independentes - Critério das horas trabalhadas - Discriminação entre os contribuintes residentes e os não residentes - Opção de equiparação.

54. Acórdão do Tribunal de Justiça de 31 de Março de 2011, *Schröder*, processo C-450/09.

Pedido de decisão prejudicial: Niedersächsisches Finanzgericht - Alemanha. Livre circulação de capitais - Fiscalidade directa - Tributação dos rendimentos da locação de bens imóveis - Dedutibilidade das rendas pagas a um ascendente no contexto de uma sucessão entre vivos - Condição de estar sujeito ao imposto no Estado-Membro em causa pela totalidade dos rendimentos.

55. Acórdão do Tribunal de Justiça de 16 de Junho de 2011, *Comissão contra Áustria*, processo C-10/10.

Incumprimento de Estado - Livre circulação de capitais - Dedutibilidade de donativos concedidos a instituições que desenvolvem actividades de investigação e de ensino - Limitação da dedutibilidade aos donativos feitos às instituições estabelecidas no território nacional.

56. Acórdão do Tribunal de Justiça de 29 de Novembro de 2011, *National Grid Indus*, processo C-371/10.

Pedido de decisão prejudicial: Gerechtshof Amsterdam - Países Baixos. Transferência da sede de direcção efectiva de uma sociedade para um Estado-Membro diferente daquele em que a sociedade foi constituída - Liberdade de estabelecimento - Artigo 49.º TFUE - Tributação das mais-valias latentes atinentes aos activos de uma sociedade que faz uma transferência de sede entre Estados-Membros - Determinação do montante do imposto no momento da transferência da sede - Cobrança imediata do imposto - Proporcionalidade.

57. Acórdão do Tribunal de Justiça de 26 de Abril de 2012, *van Putten e o.*, processos apensos C-578/10 a C-580/10.

Pedidos de decisão prejudicial: Hoge Raad der Nederlanden - Países Baixos. Artigos 18.º CE e 56.º CE - Veículos automóveis - Utilização num Estado-Membro de um veículo a motor particular emprestado que

está matriculado noutro Estado-Membro - Tributação desse veículo no primeiro Estado-Membro quando da sua primeira utilização na rede viária nacional.

58. Acórdão do Tribunal de Justiça de 13 de Novembro de 2012, *Test Claimants in the FII Group Litigation*, processo C-35/11.

Pedido de decisão prejudicial: High Court of Justice (England & Wales), Chancery Division - Reino Unido. Artigos 49.º TFUE e 63.º TFUE - Distribuição de dividendos - Imposto sobre as sociedades - Processo C-446/04 - *Test Claimants in the FII Group Litigation* - Interpretação de um acórdão - Prevenção da dupla tributação económica - Equivalência dos métodos de isenção e de imputação - Conceitos de ‘taxa de tributação’ e de ‘níveis de tributação diferentes’ - Dividendos provenientes de países terceiros.

(todos os acórdãos e despachos estão disponíveis em
<http://curia.europa.eu/juris/recherche.jsf?language=pt>)

“Recolha e seleção elaboradas por Ana Isabel Soares Pinto (Docente do CEJ – Docente Universitária)”